

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 02 de fevereiro de 2024**

Aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores Adelino da Silva Cunha, Ana Genoveva da Silva Araújo, Isménia Maria Gomes Loureiro e António Manuel da Cunha Martins. -----

Por determinação do senhor Presidente secretariou esta reunião o senhor Avelino José Antunes Soares, adjunto da presidência. -----

Logo a iniciar, o senhor Presidente colocou a ata da reunião do dia 19 (dezanove) de janeiro à consideração dos senhores vereadores, tendo-lhes perguntado se havia alguma correção ou alteração a fazer à mesma. Não tendo sido feito qualquer reparo nem solicitada qualquer alteração, foi esta ata posta a votação, tendo sido aprovada por **unanimidade**. -----

Prosseguindo e ainda no período antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente deu conhecimento aos senhores vereadores das operações orçamentais e das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal. -----

Depois disso, o senhor Presidente perguntou aos senhores vereadores se pretendiam usar da palavra para expor ou pedir esclarecimentos sobre algum assunto. Foi respondido que não. -----

Continuando, o senhor Presidente informou os senhores vereadores das atividades e iniciativas ocorridas e a decorrer no Município e assim disse: -----

- No dia 26 (vinte e seis) de janeiro, conforme ata anterior, teve lugar no auditório Dr. Emídio Ribeiro, no Centro de Animação Turístico do Gerês, uma sessão cultural promovida pela Associação Lírios do Gerês, na qual esteve presente o senhor Padre Ricardo Esteves. -----

Perante uma plateia numerosa, aquele sacerdote dissertou sobre temas diversos da vida hodierna e da vivência da fé, dando aos presentes a oportunidade de discernir sobre as temáticas suscitadas. -----

Os alunos da escola de Música de Terras de Bouro, polo do Gerês, completaram esta iniciativa, tendo atuado, no início e no fim da mesma, com belas músicas e canções, orientados pelo senhor professor Luís Pinho. -----

- No dia 27 (vinte e sete) de janeiro a Associação Nova Vida da freguesia da Balança, apresentou, no Auditório Municipal, a peça teatral “Noite de Consoada”. Este espetáculo congregou uma numerosa plateia, que vibrou com esta iniciativa. -----

- Teve lugar, no dia 1 (um) de fevereiro, a assinatura dos protocolos de cooperação e apoio financeiro com as seguintes instituições: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro; Associação de Futebol de Braga; Associação Florestal do Cávado; Associação Florestal do Vale do Homem; Associação Gerês Viver Turismo; Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Moimenta; Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Rio Caldo; Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa do Gerês; Banda de Música de Carvalheira. -----

- Foi afixado um EDITAL, pelo prazo de 30 (trinta) dias, através do qual se submete a audiência prévia o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho do Município de Terras de Bouro. -----

- A Proteção Civil Municipal elaborou um relatório, que foi enviado para as Infraestruturas de Portugal, pelo qual se dá conta que “temos assistido nos últimos anos à degradação da nossa rede viária que atravessa o nosso território, nomeadamente a EN 304, EN 307, EN 308, EN 205-3 e EN 205-5, verificando-se que as referidas vias, que atravessam as freguesias de Souto, Ribeira, Balança, Moimenta, Vilar, Chorense, Carvalheira, Covide, Rio Caldo e Valdosende, apresentam alguns problemas e fragilidades, para as quais solicitamos que sejam adotadas medidas de modo a assegurar os níveis adequados de qualidade, segurança e disponibilidade dessas vias”. -----

- Na segunda-feira, dia 5 (cinco) de fevereiro, pelas 10H00 (dez) horas, iremos receber na Câmara Municipal o senhor Dr. António Cunha, presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), para uma reunião de trabalho, na qual serão apresentados vários projetos relevantes para nosso território. -----

- No dia 7 (sete) de fevereiro haverá uma reunião em Lisboa, com o senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, para, entre outros assuntos, falar sobre a cogestão e os apoios que poderão ser atribuídos através do Fundo Ambiental. -----

- No dia 31 (trinta e um) de janeiro houve uma reunião, neste Município, com o senhor Vice-Presidente do Executivo da Câmara Municipal de Chaves e outros elementos da área da cultura, para abordar a candidatura da Geira Romana a Património Mundial da Unesco. Nesta reunião, participaram a senhora Vereadora Ana Araújo e o Chefe da Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto, Cristóvão Carvalho, tendo estes, após a reunião, acompanhado os representantes do Município de Chaves numa visita a alguns locais da Geira Romana que atravessa o nosso Concelho. -----

Falta reunir com a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, para depois podermos submeter a candidatura da Geira a Património Mundial da Unesco. -----

- Decorre, no dia de hoje, a eleição para a Entidade Regional do Turismo Porto e Norte de Portugal, cuja única lista concorrente é encabeçada pelo atual Presidente, Luís Pedro Martins, sendo acompanhado por Cancela Moura, Vítor Paulo Pereira, **Manuel Tibo** e Pedro Mesquita Sousa. O mandato é de 5 (cinco) anos, de 2024 (dois mil e vinte e quatro a 2029 (dois mil e vinte e nove). -----

- A Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) decorrerá entre os dias 28 (vinte e oito) de fevereiro e 3 (três) de março e a Câmara Municipal, à semelhança dos anos anteriores, estará presente nesta edição da BTL. -----

Depois destas informações, o senhor Presidente perguntou aos senhores vereadores se pretendiam usar da palavra. -----

O senhor Vereador António Cunha pediu a palavra para informar que decorreu na Pousada de Vilarinho da Furna, entre os dias 21 (vinte e um) e 24 (vinte e quatro) de janeiro, o Encontro Nacional da Movijovem, com a participação de cerca de 100 (cem) colaboradores, entre diretores de pousada, serviços centrais e administração. O senhor Presidente Manuel Tibo esteve presente na sessão de abertura e, no dia 23 (vinte e três) de janeiro, o senhor Vereador fez uma apresentação das potencialidades turísticas e do trabalho que o município tem vindo a desenvolver, no sentido de aproveitar essas potencialidades e tornar mais atrativo visitar o nosso concelho. -----

O senhor Vereador realçou que os presentes ficaram muito agradados - e até surpreendidos - com o que viram, porque, apesar de ouvirem falar muito desta região, o que puderam ver estava muito para além do que imaginaram. -----

O senhor Vereador prosseguiu a sua intervenção para dizer que está a ser produzido o segundo número da revista “No Coração da Natureza”, tendo como tema central o Turismo Religioso, depois de, na primeira edição, ter sido o Turismo de Natureza, ficando para a terceira edição o Turismo de Bem-Estar (Termalismo). -----

A revista terá a mesma estrutura base. Assim, solicitou aos restantes elementos do executivo que, caso entendam, sugiram temas a ser abordados, bem como personalidades para escreverem crónicas ou para serem entrevistadas. -----

Ainda sobre a revista, informou que pretende convidar o jornalista Fernando Alves para escrever uma crónica e, nesse sentido, por sugestão do senhor Presidente, entrou em contacto com ele, para que pudesse vir a Terras de Bouro apresentar o seu livro Sinais - As últimas 50 crónicas na TSF. O jornalista Fernando Alves anuiu, de imediato, ao convite, tendo esse evento ficado agendado para o próximo dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro, à noite, no auditório municipal. -----

O senhor Vereador terminou a sua intervenção, informando que recebeu do responsável de segurança informática, Pedro Simões, o Relatório Anual e notificação de Incidentes relativo ao ano de 2023 (dois mil e vinte e três). Sublinhou que este relatório conclui que no ano de 2023 (dois mil e vinte e três) não ocorreram incidentes de segurança com impacto substancial ou relevante e foi enviado para o Centro Nacional de Segurança, conforme determina a lei. -----

Seguidamente, o senhor Vice-Presidente Adelino Cunha pediu também a palavra, para, como responsável pelo Pelouro da Proteção Civil, informar que, “no dia 30 (trinta) de janeiro, realizou-se uma reunião solicitada pelo Sr. Eng. Nuno, responsável pelo Gabinete Técnico Florestal, para analisar o Art.º 68º da Secção III do DL nº 56/2023, de 14 de julho

e as implicações que tal artigo acarreta para Terras de Bouro. Nesta reunião participaram, para além do Eng.º Nuno Dias, o senhor Presidente da Câmara, como responsável máximo concelhio da Proteção Civil, a senhora Dr.ª Anabela Simões, como Coordenadora Municipal de Proteção Civil, a senhora Eng.ª Marinha Esteves, na qualidade de responsável pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da CIM, um representante da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) e um representante do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). -----

Tal como referido, esta reunião teve como principal finalidade analisar o Art.º 68º da Secção III do DL nº 56/2023, de 14 de julho, que determina o “condicionamento de atividades em áreas prioritárias de prevenção e segurança”. Nesse sentido, disse o senhor Vice-Presidente, este artigo consigna no seu nº 1 (um) que “nos territórios incluídos nas Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS) com condicionamentos à realização de atividades... em que se verifique um nível de perigo de incêndio rural muito elevado ou máximo, são proibidas as seguintes atividades: -----

- a) Eventos culturais, desportivos ou outros eventos organizados que justifiquem a concentração de pessoas em territórios florestais; -----
- b) Utilização de equipamentos florestais de recreio; -----
- c) Circulação ou permanência em áreas florestais públicas ou comunitárias, incluindo a rede viária abrangida; -----
- d) A utilização de aeronaves não tripuladas e o sobrevoo por planadores, dirigíveis ultraleves, parapentes ou equipamentos similares”. -----

Prosseguindo, o senhor Vice-Presidente referiu que, de acordo com o mesmo diploma e atento o número 2 (dois) do mesmo Artº 68º, excetuam-se do disposto no número 1 (um):

- a) “O acesso, a circulação e permanência de residentes permanentes ou temporários e de pessoas que aí exerçam atividade profissional ou que prestem assistência a pessoas vulneráveis; -----
- b) A circulação a pessoas cujo acesso a residência permanente ou temporária ou a locais de trabalho não ofereça itinerários alternativos, obrigando à passagem pelas áreas de acesso condicionado; -----
- c) A realização dos eventos previstos na alínea a) do número anterior, bem como a circulação a eles associada, podem ser previamente autorizadas pela autoridade municipal de proteção civil, mediante demonstração de que estão reunidas condições de segurança necessárias à sua realização e o cumprimento, por parte dos promotores, das medidas de mitigação dos riscos determinadas por aquela autoridade até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da realização do evento”. -

As condicionantes previstas neste Artigo, disse o senhor Vice-Presidente, “não se aplicam aos meios de proteção e socorro, aos meios de emergência, às forças de segurança, às forças do Sistema de Gestão Integrado de Fogos Rurais (SGIFR), nem às Forças Armadas”. -----

Disse, ainda, que “em Terras de Bouro, a Carta de Perigosidade, classifica quase todo o concelho como de risco máximo ou elevado, o que torna pertinente um olhar atento sobre este artigo em particular e a necessidade de, em conjunto, encontrarmos formas de atenuar ou mitigar os constrangimentos que tal acarreta para o desenvolvimento das atividades económicas no concelho, sobretudo na época de verão”.

A este propósito, o senhor Presidente tomou a palavra, tendo acrescentado que “tal como preconiza a alínea c) do número 2 do decreto em análise, a autoridade municipal de proteção civil assume a responsabilidade de encerrar ou manter abertos determinados espaços/zonas. Claro que tal necessita de uma avaliação prévia fundamentada, que pode, por exemplo, manter os espaços abertos apenas dentro de determinados horários, tal como acontece agora com algumas restrições impostas em dias de calor extremo. De qualquer modo, a segurança de pessoas e bens tem de estar sempre em primeiro lugar.”, concluiu o senhor Presidente. -----

A senhora Vereadora Ana Araújo solicitou a palavra, para comunicar que foram atribuídos três apoios financeiros ao Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB), a saber:

1) 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros) para as bibliotecas escolares (BE), para fazer face às seguintes despesas: -----

- aquisição de livros para renovação do fundo documental das BE; -----

- aquisição dos livros para a fase intermunicipal do Concurso Nacional de Leitura; -----

- aquisição de livros para a iniciativa "O melhor leitor"; -----

- aquisição de materiais (marcadores de livros, blocos de notas, canetas, ...) para datas comemorativas como a Semana da Leitura e para atribuição de prémios aos alunos. -----

2) 884,00 € + IVA (oitocentos e oitenta e quatro euros) – Peça de teatro. -----

No sentido de dar cumprimento à Lei n.º 60/2009, de 6 de agosto, que estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar e, à semelhança de anos letivos anteriores, vão decorrer as jornadas de Educação Sexual e de Educação para a Cidadania, promovidas para os alunos do ensino secundário do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro (AETB), nos dias 15 (quinze) e 16 (dezasseis) de fevereiro, no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento e do Projeto de Educação para a Saúde (PES). -----

No dia 16 (dezasseis) de fevereiro irá realizar-se, com o apoio do Município de Terras de Bouro, o espetáculo desenvolvido pela Companhia de Teatro Maria Paulos, com a peça “Deixem o sexo em paz”. -----

Este espetáculo, em tom de comédia, profundamente didático e perfeitamente integrável no PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SEXUAL, tem alcançado imenso êxito junto do público em geral e estudantil. É um divertidíssimo monólogo onde, a brincar, se trata muito a sério dos assuntos do sexo que ainda são tabu. Focando as RELAÇÕES HUMANAS e AFETIVAS em que os SENTIMENTOS, a AMIZADE, o RESPEITO e o

AMOR também são importantes! É representada pela atriz Maria Paulos, que interpreta 21 personagens diferentes. A peça tem a duração de 1h15 (uma hora e quinze minutos) e é direcionada a um público de todas as idades. -----

3) 500,00 € (quinhentos euros) para a Associação de Estudantes da Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro, eleita para o ano letivo 2023/2024 (dois mil e vinte e três dois mil e vinte e quatro), para poder desenvolver as atividades que constam no plano de atividades. -----

Retomando a palavra, o senhor Presidente informou os senhores vereadores sobre uma reunião que ocorreu no dia 30 (trinta) de janeiro, neste Município, na qual os elementos que constituem o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde (ULS) de Braga, que abrange o Hospital de Braga, o ACES Cávado I e o ACES Cávado II, se vieram apresentar. O Presidente do Conselho de Administração é Domingos Sousa, Paula Vaz a Diretora Clínica para os Cuidados de Saúde Hospitalar, Rui Macedo o Diretor para os Cuidados de Saúde Primários, Gonçalo Alves o Enfermeiro Diretor e os Vogais Executivos são Américo Afonso, Fernando Pereira e Helga Lima. -----

Para além da apresentação destes responsáveis da ULS de Braga, esta reunião foi também aproveitada para partilhar alguma planificação por parte daquela estrutura da Saúde e abordar questões relacionadas com as melhorias que pretendemos que sejam implementadas a nível dos serviços de saúde concelhio, concretamente: -----

- Criação de uma Unidade de Cuidados Continuados, nas instalações devolutas do Centro de Saúde de Terras de Bouro, onde se possa vir a colocar 22 (vinte e duas) camas para acolher doentes em convalescença e reabilitação, após internamento nos cuidados diferenciados de saúde; -----

- Avançar com as obras de requalificação do edifício da antiga escola primária do lugar de Paredes, na freguesia de Rio Caldo, dotando-a das condições necessárias para ali instalar a Extensão de Saúde; -----

- Repor o horário de trabalho que era praticado no período pré-pandemia na Extensão de Saúde de Rio Caldo; -----

- Ampliar a carga horária para uma resposta mais eficaz dos serviços de saúde no Vale do Cávado, nos meses de julho e agosto, em que se verifica uma maior pressão de veraneantes na barragem da Caniçada e em toda a região do Gerês; -----

- Criação de um Gabinete de Apoio ao Idoso, tendo como primordial objetivo responder e acompanhar pessoas de estrato social débil, isoladas e com dificuldade de mobilidade;

- Regularização do vínculo laboral das Assistentes Operacionais que transitaram para a Câmara Municipal com a Transferência de Competências na área da Saúde; -----

- Ponto da situação para entrega de viaturas novas; -----

- Instalação de gabinete para consulta e tratamentos de estomatologia. -----

Elencadas estas pretensões, a senhora Diretora Clínica para os Cuidados de Saúde Hospitalar, Paula Vaz, comunicou que “depois de visitar as instalações do Centro de Saúde e ter verificado que existe uma parte do edifício por ocupar, ocorreu-me que, dadas as necessidades hospitalares em termos de Unidades de Cirurgia, seria de instalar ali um bloco operatório”. -----

A este propósito, o senhor Presidente do Conselho de Administração, Domingos Sousa, disse que “não é difícil implantar uma resposta dessas, podendo ser vista como uma resposta de proximidade e que descongestionaria os serviços centrais da ULS de Braga”.

Sendo esta proposta de elevado interesse, disse o senhor Presidente, e atendendo a que já há compromissos assumidos para elaboração do projeto para a Unidade de Cuidados Continuados, pediu ao Conselho de Administração da ULS para que, até ao fim do mês de fevereiro, dê resposta definitiva à Câmara Municipal sobre a possibilidade apresentada. -----

Relativamente à situação das Assistentes Operacionais que têm um contrato de trabalho a Termo Resolutivo, o senhor Diretor para os Cuidados de Saúde Primários, Rui Macedo, informou que “há legislação que permite aos municípios proceder a concursos específicos, pelos quais estes trabalhadores poderão passar a contrato por tempo indeterminado”, tendo apresentado essa legislação, que se transcreve: -----

“A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, aprova o Orçamento de Estado para 2021, em que é possível aos Municípios a conversão dos contratos de trabalho a termo resolutivo para contratos por tempo indeterminado.

Artigo 60.º

Vinculação dos trabalhadores contratados a termo colocados nas autarquias locais

1 - As autarquias locais podem, excecionalmente, no quadro do processo de transferência de competências regulado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, proceder à conversão de vínculos de emprego público a termo resolutivo em vínculos de emprego público por tempo indeterminado, sempre que:

- a) A função para a qual o trabalhador haja sido contratado se encontre na esfera jurídica de competência da autarquia;
- b) O termo resolutivo conste de protocolo, acordo de execução ou contrato interadministrativo para o exercício dessas competências, à data, na esfera jurídica de outra entidade administrativa.

2 - O disposto no número anterior efetua-se mediante concurso, nos seguintes termos:

- a) São opositores, exclusivamente, os contratados que preencham os requisitos previstos no número anterior;

b) Os procedimentos concursais regem-se pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, revestindo natureza urgente e simplificada, e são publicados na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrónica da autarquia;

c) Os métodos de seleção são a avaliação curricular, sendo fator de ponderação o tempo de exercício de funções caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, e a entrevista profissional de seleção.

3 - São aditados aos mapas de pessoal os postos de trabalho em número estritamente necessário às necessidades permanentes reconhecidas pelo órgão executivo, mediante decisão do órgão deliberativo, sob proposta daquele.

4 - O tempo de serviço anterior ao do presente processo de integração releva para todos os efeitos, nomeadamente os previstos no artigo 11.º da LTFP, incluindo a alteração do posicionamento remuneratório, nos termos das regras gerais de avaliação de desempenho aplicáveis no período temporal em causa.

5 - Os contratos a termo objeto desta integração prorrogam-se automaticamente até ao termo do respetivo procedimento concursal.” -----

Relativamente à entrega das viaturas novas, foi dito que o processo estará a ser tramitado e, nos demais assuntos expostos pelo senhor Presidente, foi entendido que “não são de difícil resolução”. Há uma boa cobertura médica, que será para manter. O tipo de gestão, que foi assumida com a transferência de competências da Saúde para a Câmara Municipal, vai manter-se como está. -----

Continuando, o senhor Presidente informou, também, que a Câmara Municipal renovou os contratos no âmbito do “Mercado Aberto”, tendo solicitado à senhora Vereadora Ana Araújo para esclarecer melhor sobre este assunto. -----

A senhora Vereadora tomou, então, a palavra, tendo dito que “o Mercado Aberto é uma medida de incentivo à inclusão – Emprego Apoiado em Mercado Aberto - integrada no Programa de Emprego e Apoio à Qualificação de Pessoas com Deficiências e Incapacidades. Os contratos de trabalho que o Município tem ao abrigo desta medida foram renovados. A informação sobre o valor da avaliação da capacidade de trabalho dos candidatos avaliados foi a seguinte: -----

- Lígia Sofia Barbosa de Jesus Ferreira - Grau de Capacidade de Trabalho 73% - 30% Apoio -----

- Rosa Maria Gomes dos Santos e Silva - Grau de Capacidade de Trabalho 66% - 30% Apoio -----

- Raúl Ribeiro dos Santos Simões - Grau de Capacidade de Trabalho 67% - 30% Apoio -

- Pedro Filipe Carvalho Pereira - Grau de Capacidade de Trabalho 65% - 30% Apoio ----

- Pedro Miguel Antunes Fernandes - Grau de Capacidade de Trabalho 50% - 50% Apoio

- José Manuel Mota Rebelo - Grau de Capacidade de Trabalho 61% - 30% Apoio -----

- Adelino da Rocha Martins - Grau de Capacidade de Trabalho 70% - 30% Apoio -----

Conforme ata anterior, o senhor Presidente apresentou um powerpoint, a partir do qual deu conhecimento aos senhores vereadores do ponto da situação das diversas obras que estão concluídas, em execução ou para iniciar, integradas no projeto “Proteção ambiental associada à rejeição de águas residuais em área protegida – Parque Nacional da Peneda - Gerês”, cujo mapa fica como Anexo 1 (um) desta ata e dela faz parte integrante. -----

Relativamente ao ponto 1 (um) da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente solicitou ao senhor Vice-Presidente, que detém o Pelouro de Obras Particulares, para esclarecer sobre o procedimento que decorre da proposta apresentada. -----

O senhor Vice-Presidente tomou a palavra, tendo dito que “o que é requerido ao abrigo do disposto no artigo 27º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), é a alteração da licença da operação de loteamento nº 1/2001, sito no lugar de Assureira, freguesia de Vilar da Veiga, no qual os proprietários pretendem construir 2 (duas) garagens”. Este processo, disse o senhor Vice-Presidente, “tem que ter a anuência da Câmara e dos condóminos, pelo que deve ser despoletado, esse processo, com a afixação de editais. Se houver oposição não constroem. O terreno é dos proprietários, mas, mesmo assim, os vizinhos têm que dar autorização, não se opondo”. -----

O senhor Presidente perguntou, de novo, aos senhores vereadores se queriam usar da palavra, foi respondido que não. -----

Sendo doze horas e trinta e cinco minutos e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----

Anexo 1

